

A Fenomenologia das Relações Internacionais: Uma Análise da Pré-ordem Diante das Principais Ferramentas Conceituais do Saber Internacional

The Phenomenology of International Relations:
A Pre-Order Analysis Facing the Key Conceptual Tools of
International Knowledge

Thales Cavalcanti Castro
(Universidade Católica de Pernambuco, Brasil)

Resumo

O presente artigo foi inspirado nas considerações iniciais do livro publicado pelo autor, intitulado “Teoria das Relações Internacionais” – obra editada pelo Itamaraty/FUNAG em 2012 com sua segunda edição lançada em 2016. O objetivo desta provocação filosófica, à guisa de artigo, foi bem específico: trazer a fenomenologia como instrumento de análise introdutória das Relações Internacionais como ciência. Dessa forma, buscou-se, aqui, atrelar o conceito de *pré-ordem* (com seus elementos constitutivos: *simetria, direcionalidade e pertinência*) como meio e forma de melhor compreender suas dinâmicas, formações, eixos e funcionalidades. O mote deste artigo, portanto, foi atualizar o rico debate, com base na interdisciplinaridade, sobre política internacional – ou melhor: sobre o saber internacional.

Palavras-chave: Teoria das Relações Internacionais. Fenomenologia; Pré-ordem. Análise da política internacional. Redefinição.

Abstract

This article was inspired by the initial considerations of the book published by the author, entitled “Theory of International Relations” - work published by Itamaraty / FUNAG in 2012 with its second edition launched in 2016. The purpose of this philosophical provocation, by way of article, was very specific: To bring phenomenology as an instrument of introductory analysis of International Relations as a science. Thus, we sought to link the concept of pre-order (with its constituent elements: symmetry, directionality and pertinence) as a means and way to better understand its dynamics, formations, axes and functionalities. The motto of this article, therefore, was to update the rich debate, based on interdisciplinarity, about international politics - or rather: about international knowledge.

Keywords: International Relations Theory. Phenomenology. Preorder. Analysis of international politics. Reset.

1. Considerações introdutórias: as relações internacionais e a relação sujeito-objeto – entre o monismo e o dualismo

A importância do estudo das Relações Internacionais é autoevidente. As Relações internacionais estão em toda parte; fazem parte do nosso cotidiano, quer queiramos ou não. A política internacional – aqui entendida como sinônimo do termo “Relações Internacionais” – está aqui dentro de nós e está no nosso exterior imediato. A política internacional é visível aos olhos; está nas nuances dos relacionamentos e tratos humanos. O saber internacional perfura nossas vidas, amplia nossas sensibilidades, redefine quem somos como cidadãos e dissecar a forma de analisar e tratar o *outro*.¹ Sua força questiona e transforma o Estado, seu papel e suas atribuições, (re)equacionando a lógica de poder entre cidadãos, empresas, unidades subnacionais, sociedade civil e organismos multilaterais.

O saber internacional, como objeto categórico analítico, é antiquíssimo e remonta à investigação positiva, normativa e descritiva do enigmático fenômeno humano em suas múltiplas teias de relacionamento interativo social e em vários compartimentos. O ser humano é meio e fim das entranhas das Relações Internacionais. Sendo o destinatário primaz de tais estudos, o ser humano, com suas encruzilhadas e seus labirintos, representa, portanto, o foco da ciência política internacional.

O ser humano é meio e fim das entranhas das Relações Internacionais (RI). Sendo o destinatário primaz de tais estudos, o ser humano com suas encruzilhadas e

¹ Jamais devemos esquecer do valioso *princípio da alteridade* como marco relevante das observações aqui postas.

seus labirintos representa, portanto, o foco da ciência política internacional – ou melhor: do saber internacional, como assim denominamos.

Em decorrência da maior proximidade dos seres humanos (atores internacionais por excelência) no interior dos países e entre as fronteiras nacionais, atualmente, observa-se a tendência de maior densidade de relações, ora abertas e fechadas, ora pacíficas e conflituosas² com suas regras institucionalizadas implícita e explicitamente. Formando, assim, a ampla moldura do macroambiente nas suas diversas conceituações como “cenário”, “sistema”, “sociedade” ou “comunidade internacional”, o processamento dos meios e dos fins dos fenômenos complexos no “mundo vasto mundo” (Drummond)³ ou na “economia-mundo” (Wallerstein)⁴ se torna bastante útil como ponto de partida. Os meios e os fins das manifestações sensíveis postas ao sujeito cognoscente (interlocutores, analistas, tomadores de decisões, consultores e cidadãos expostos aos temas internacionais) acerca deste ramo do saber representam o início da discussão deste artigo – ênfase defendida aqui – permitindo, assim, uma maior sensibilidade tanto do processo de formulação, quanto de reflexão acerca das teorias das RI.⁵

O que sabemos e como aprendemos sobre a

² AQUINO, Antônio. *Conflito e paz*. São Paulo, Loyola, 1992, p. 59-62.

³ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia poética*. 56. ed. Rio de Janeiro, Record, 2005, p. 21.

⁴ WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001, p. 35-49; 55-57.

⁵ Cervo discute, com propriedade, a necessidade, e nossa posição faz eco ao que o professor da UnB analisa: a agenda politicamente guiada e nem sempre imparcial da academia das RI dos grandes centros. CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008, p. 32-45.

complexa área das Relações Internacionais? Para responder a tais indagações, é essencial avaliar, logo de início, a relação entre o sujeito do conhecimento internacional e a própria natureza do processamento do conhecimento em foco.

Primeiramente, é importante realizar breve revisão da literatura sobre estudo do sujeito (S) e do objeto (O). Entre o sujeito e o objeto existe a vasta possibilidade acadêmica de aplicação desses conceitos às Relações Internacionais.⁶ A relação sujeito-objeto é mediada pelos fenômenos com suas características apresentadas no mundo externo. O mundo externo é aqui concebido como todo o conjunto denso dos objetos sensíveis e de internalização compreensível ao ser humano, isto é, o todo do contexto sensorialmente verificado e processado pelo sujeito e cognoscível ao sujeito.

Há duas concepções acerca da relação entre o sujeito (o indivíduo) e o objeto (as Relações Internacionais –como ciência): a visão monista e a visão dualista. O sujeito e o objeto precisam ser compreendidos, e uma maneira de empreender essa compreensão é, justamente, pela divisão analítica de suas esferas. Passemos a algumas breves análises sobre cada uma dessas perspectivas.

Na interpretação monista, existe apenas o amálgama de uma única entidade densa e coesa, não podendo separar o sujeito do objeto, pois isso acarretaria uma série de falácias de ambiguidade, eventuais

⁶ É este um dos pontos de partida do presente artigo, embora se perceba que o ponto de partida pode ser um porto de chegada *in abstracto*. Não se faz aqui, necessariamente, uma apologia ao monismo em detrimento do dualismo, apenas subentende-se que esta breve e despretensiosa digressão poderia ensejar outros debates sobre a natureza da razão técnica e instrumental das Relações Internacionais.

paradoxos e outras assimetrias de interpretação e validação do fenômeno das Relações Internacionais. O suporte intelectual em defesa dessa perspectiva se fundamenta na ideia de que há apenas diferentes ângulos sobre o mesmo olhar e não duas entidades distintas (S e O).

No monismo, tanto o sujeito quanto o objeto se fundem em uma única massa plena de teias, de dados, fatos, informações, fluxos, refluxos e pertinências complexas que dão forma e sentido ao saber internacional. A integração sub-regional do MERCOSUL, por exemplo, não pode ser dissociada do neoliberalismo resultante do Consenso de Washington de 1989 ou ainda das visões de mundo defendidas pelos principais atores políticos da época que carregavam mandatos em prol da defesa da formação de blocos regionais. A principal característica do monismo é a influência recíproca, constante e indissociável entre **S** e **O**. Ou seja, parte do sujeito, ao interagir com o objeto, acaba por entrar em processo indissociável de mistura e de influências recíprocas e indissociáveis.

Outro exemplo concreto da visão monista: só seria possível compreender e explicar a economia política da industrialização no sudeste asiático sob forte intervenção estatal durante as décadas de sessenta e setenta (objeto) se forem também estudadas as ditaduras personalistas de vários países específicos da região (Sukarno/Suharto na Indonésia, Park na Coreia do Sul etc.). Assim, objeto e sujeito estão em mútua e direta correlação e pertinência. O objeto se entrelaça ao sujeito da mesma forma que o sujeito também acaba por se entrelaçar e fazer parte da essência do objeto. A dificuldade (e crítica) ao monismo é que, não se sabendo bem diferenciar S e O, então

qualquer estudo sobre o sujeito ou sobre o objeto tende a ser uma mescla de partes do sujeito e partes não bem delimitadas do próprio objeto. Ambos estariam, assim, contaminando parcelas específicas de estudos sobre ambos. Outra problemática deve ser citada à maneira de pergunta crítica: se sujeito e objeto são uma só entidade, então quem surge primeiro? Qual a relação de causa e efeito em uma entidade que é considerada como um elemento sólido uníssono? Qual o método mais adequado que poderia ser usado para compreender o sujeito e o objeto já que são considerados como um?

Para o dualismo, pode-se dissecar, de forma clara e válida, cada uma das esferas S e O. Nesse caso, é possível compreender e estudar, de forma plena e isolada, o sujeito sem ter parcelas de estilhaçamento das propriedades do objeto e vice-versa. O sujeito é o foco, porém o objeto é o *locus*, apresentando-se, assim, como esferas distintas. O dualismo entende que há possibilidade de estabelecimento de hiato entre o foco (sujeito) e o *locus* (objeto), gerando, dessa forma, a validação teórica da relação entre sujeito e objeto pontualmente estratificada. Um exemplo concreto é fornecido a seguir: é possível, por meio desta idiosincrasia, isolar o estudo das razões para a queda do regime czarista, em 1917, como fato político estanque ou ainda como mera manifestação pontual de ruptura à luz de teorias historiográficas específicas (objeto), não levando em consideração, de forma dinâmica, os principais atores envolvidos.

De toda maneira, defende-se a separação para investigar as propriedades isoladas de cada um (S e O), tornado-os manuseáveis e cognoscíveis sob o ponto de vista de suas propriedades. Será necessário o uso da teoria do conhecimento em Kant para comentar mais um

pouco sobre o monismo e o dualismo. Inicialmente, deve-se enfatizar que não se conhece a “coisa em si” (Kant), apenas temos contato com a manifestação (aparição) dos fenômenos com suas exterioridades e outras características apresentadas ao sujeito. Não se conhece a “coisa em si” (“*Ding an sich*”) pelo fato de que o sujeito internaliza e processa, subjetivamente, a “coisa em mim”, tornando-a inteligível.⁷ A “coisa em si” é denominada “númeno”, enquanto que a “coisa em si” é chamada de “fenômeno”. Em Kant, esse diálogo-provocação assume grande riqueza com significativos desdobramentos para o campo das Relações Internacionais.⁸

Ora, o fenômeno não existe sem o sujeito tampouco sem seu objeto, quer seja sob a ótica monista ou dualista. Compreender é dar forma, sob a égide da sensibilidade e do entendimento do sujeito, à matéria, ainda segundo Kant, quer seja na forma de juízos analíticos ou sintéticos. O termo fenômeno, usado no plural e no singular, aqui se refere à apresentação e à manifestação externa do saber internacional em diferentes graus e níveis de conhecimento e não de seus conteúdos substantivos, normativos e paradigmáticos. Passemos, então, adiante.

Há três grandes compartimentos que definem a relação do sujeito com a intersubjetividade do saber. Em um primeiro compartimento, o sujeito se torna cognoscente quando, à luz do termo, tem pleno contato empírico e processa, mentalmente, as assimilações objetivas da *coisa em si*. Em um segundo compartimento,

⁷ Essa apropriação possível entre os objetos do conhecimento em Kant e a práxis das Relações Internacionais contemporâneas revela-se como uma ponte necessária para novos olhares sobre o objeto do estudo do capítulo.

⁸ LEITE, Flamarion. *10 Lições sobre Kant*. Petrópolis, Vozes, 2007, p. 45-47; 55-60.

o sujeito, já de posse das assimilações objetivas e em seu processo dinâmico de interação, aceita que o objeto não pode ser totalmente cognoscível, dada sua complexidade. Isso significa que poderá processar e assimilar, objetiva e subjetivamente, a *coisa em si* e a *coisa em mim*. Ou seja, poderá ter acesso ao processo de assimilação da coisa por meio de amplos suportes teóricos e empíricos disponíveis. Em um terceiro compartimento, o sujeito jamais poderá explicar, cartesianamente, a *coisa em si* ou a *coisa em mim*, pois está no plano do mistério, do mítico e da metafísica. A reserva metafísica aqui exposta diz respeito aos atos das emoções que possuem uma legitimidade própria.

Assim, se não conhecemos totalmente, como podemos ter certeza fática sobre os pensamentos que achamos que conhecemos acerca da área internacional? Existe um mundo real lá fora, distante, ou estamos distantes de meras especulações baseadas apenas em pontos de vista e referências subjetivas e intersubjetivas? Para todos os efeitos práticos, a intencionalidade do conhecimento tem papel importante a desempenhar na ordem fenomênica entre o sujeito e o objeto. Afinal, segundo o próprio Husserl, toda consciência é consciência de alguma coisa – aqui se referindo à propositura de lançar o estudo do fenômeno internacional na relação sujeito-objeto. Novamente, reforçamos os objetivos de Husserl de estabelecer a filosofia como ciência primeira entre as demais por meio do seu conceito de *ideia-fim*.⁹

Para servir de reforço ao exposto, levou-se em consideração a hierarquia e as etapas do conhecimento

⁹ ZITOSKY, Jaime. *O método fenomenológico de Husserl*. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 1994, p. 18-23.

humano, segundo Spencer, se baseado em conhecimento empírico (não-unificado), científico (parcialmente unificado) e filosófico (totalmente unificado). Observa-se e recorre-se ao último estágio, na visão de Spencer, de conhecimento humano unificado para referendar a relação entre fenômeno e ciência das Relações Internacionais apresentada como *pré-ordem* da relação sujeito-objeto.

O método fenomenológico representa instrumento bastante útil para reconstruir uma introdução às Relações Internacionais. Além disso, reforça a importância do que conhecemos e como conhecemos a política internacional como ato humano de liberdade. O sujeito cognoscente é o destinatário dos atos e fatos internacionais e, portanto, a liberdade deve ser seu nexos causal – liberdade de decidir, de inventar, de interpretar, de propor e de reformar. A partir do momento em que se venha a cercear a integração sujeito-objeto pela libertação que a filosofia proporciona, então se amputará a vitalidade do método fenomenológico como ferramenta viável e crítica à introdução da política internacional.

Há correntes no formato de fluxos modulados de subjetividades e intersubjetividades orquestradas pelo sujeito na internalização da ideia, no entanto, há, na mesma proporção, alguns limites formais e materiais impostos pela ciência sobre tal liberdade.¹⁰ É, portanto, nesta zona cinzenta que iniciamos a introdução fenome-

¹⁰ A defesa do realismo crítico contra a teoria do conhecimento do senso comum (banal) demonstra os dois lados da mesma moeda. A solução do problema do indutivismo primário (paradoxo de Hume) passa pela restauração da racionalidade crítica, segundo Popper, tendo repercussões na construção teórica acima. POPPER, Karl. *Objective knowledge: an evolutionary approach*. Oxford, Oxford University Press, 1972. pp. 32-52; 85-95.

nológica das RI, tendo por base a liberdade humana como reflexo legítimo e autojustificado.

As Relações Internacionais são intemporais e representam, em essência e matéria, o objeto. O sujeito, nesta relação dicotômica, é o indivíduo cognoscente. As Relações Internacionais representam a linha do tempo com recortes específicos de sua cientificidade, enquanto os sujeitos perfuram e participam dos momentos pontuais no dínamo tempo-espaço dessa confluência complexa. Diante disso, podemos entender que as RI, embora intemporais, antecedem o sujeito e somente existem e coexistem, faticamente, em razão da presença e da articulação participativa do sujeito. O indivíduo é um sujeito histórico e, portanto, limitado àquele determinado lapso cronológico. O indivíduo é um pequeno recorte, enquanto as Relações Internacionais são o quadro panorâmico maior. Seu nexos causal com a política das nações é a razão e a liberdade – subjetividade emancipatória maior. O sujeito carrega em si as preferências, as idiossincrasias e as poeiras do seu tempo; enquanto as Relações Internacionais permanecem como objeto pontual contatos e das trocas entre os povos.

A argumentação inicial teve como eixo os princípios da fenomenologia husserliana, com sua *epoché* (na forma de suspensão do juízo) e com o *cogito* transcendental.¹¹ Por meio de tais princípios, foi exercida nossa faculdade de valorizar uma libertação necessária e criativa dos conceitos rígidos do *mainstream* das RI nos países centrais, redefinindo-os à maneira de exploração inovadora com finalidade racionalista.¹² Tendo então

¹¹ HUSSERL, Edmund. *Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia*. São Paulo, Editora Madras, 2001, p. 25-44; 72-80;

¹²A racionalidade que tem ponto de partida no senso comum é tanto aludida
214 • Ágora Filosófica, Recife, v. 19, n. 3, p. 205-235, set./dez., 2019

explanado sobre a relação sujeito e objeto, sob as óticas monista e dualista, passaremos a explorar o sentido de *pré-ordem* – nosso neologismo instrumental.

2 A noção de *pré-ordem* e sua nomologia

Na dicotomia relacional sujeito-objeto, existem problemáticas diversas no campo das muitas interpretações possíveis sobre esta matéria. A *pré-ordem* não é, necessariamente, um método; é uma condição anterior à fenomenologia aplicada às Relações Internacionais. A *pré-ordem* é um *status quo ante* para o início da assimilação dos estudos da política internacional. A *pré-ordem* é a forma de possibilitar o avanço, purificando o dado em si do fenômeno, dos conteúdos e da forma de processamento, pelo sujeito cognoscente, dos temas correlatos das RI.¹³

Neste tocante, a *pré-ordem* é concebida aqui de maneira escalonada. Essa ferramenta clareia o processamento da relação unívoca e biunívoca entre sujeito-objeto. A *pré-ordem* representa axioma em si, isto é, razão dogmática dada e aceita como tal para melhor compreender a relação sujeito e objeto, independentemente, de considerá-la pela ótica monista ou dualista.

O termo *pré-ordem* é originário das ciências matemáticas e será tomado emprestado com a finalidade instrumental na organização das ideias sobre a fenome-

e defendida em Popper quanto em Pettit no capítulo sobre o *rational man theory*. HOOKWAY, Christopher; PETTIT, Philip, org. *Action & interpretation: studies in the philosophy of the social sciences*. Cambridge, Cambridge University Press, 1978, p. 43-64.

¹³ Como parte integrante na noção de *pré-ordem*, deve-se esclarecer que o sujeito cognoscente aqui representando pelo autor traz sua visão de mundo das RI a partir de um referencial brasileiro, isto é, semiperiférico em termos de interação internacional do sistema-mundo (Wallerstein).

nologia das Relações Internacionais. Ademais, o argumento de testabilidade da inovação criadora da *pré-ordem* apresenta-se plausível mediante o isolamento de algumas técnicas de certeza ou de busca da verdade, como assim defende Popper. A verificabilidade em Popper tem aplicações concretas para a noção da *pré-ordem* como ferramenta útil para o estudo introdutório das Relações Internacionais.

Não é objetivo estabelecer um vínculo causal no campo da antropologia das ideias – ou ainda da arqueologia da moral – por meio de seus processamentos mentais e de suas funções sociais, políticas, históricas e institucionais.¹⁴ Nosso objetivo com a apresentação da *pré-ordem* é, sobretudo, abrir canais de debates mais profundos sobre a relação sujeito-objeto e objeto-sujeito como etapa anterior e necessária ao estudo propedêutico do saber internacional. Descortina-se, assim, elo entre o senso comum e a racionalidade crítica e filosófica por meio da apresentação dessa ferramenta. Conforta-nos saber que, segundo Popper, toda ciência, filosofia e pensamento racional se originam a partir de um mesmo ponto de partida: o senso comum ilustrado (“*enlightened common sense*”).¹⁵

Criar a noção da *pré-ordem* para fins de compreensão mais adequada do fenômeno das Relações Internacionais representa postura inovadora e também arriscada. De toda maneira, a ebulição que gera conhecimento e que avança nas reflexões é fruto, em grande parte, de certa ousadia. Além de certos

¹⁴ GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert. *Ideas & foreign policy. Beliefs, institutions and political change*. Ithaca, Cornell University Press, 1993, p. 19-23.

¹⁵ POPPER, Karl. *Objective knowledge: an evolutionary approach*. Op cit. p. 33.
 216 • Ágora Filosófica, Recife, v. 19, n. 3, p. 205-235, set./dez., 2019

inconformismos iniciais de nossa parte, foram as palavras de Sartre que também nos impulsionaram a repensar algumas das construções tradicionais advindas, em linhas gerais, dos países centrais acerca da esfera internacional, pavimentando o caminho para a aplicação do método fenomenológico ao saber internacional. Segundo o pensador francês existencialista: “O primeiro passo de uma filosofia deve ser, portanto, expulsar as coisas da consciência e estabelecer a verdadeira relação entre esta e o mundo, a saber, a consciência posicional do mundo”.¹⁶

O pensamento de Sartre não foi retirado à toa como força justificadora e motivacional para o lançamento da *pré-ordem*; essa citação faz parte da primeira parte de sua obra no momento em que o filósofo explana sobre o “cogito pré-reflexivo e o ser do *percipere*.”¹⁷ Ou seja, se fez necessário pensar, repensar, desconstruir para gerar nova visão sobre como os principais postulados nos são apresentados e como os mesmos são revestidos de força legitimante quando são advindos dos grandes centros acadêmicos mundiais.

No âmbito da *pré-ordem*, o método de internalização da ideia (objeto) pelo ator internacional (sujeito) ocorre não somente como *conditio* da compreensão, juntamente, com seu processamento mental pelo sujeito, mas também pela relação agente-estrutura em diversos níveis da sociedade humana e de seus conteúdos conscientes coletivos. A mera exposição de atos e fatos internacionais é involuntária por parte do sujeito, pois em uma sociedade de massa e com forte

¹⁶ SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 22.

¹⁷ SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Op. cit. p. 22-28.

influência midiática em escala global e em tempo real, as Relações Internacionais tornam-se, cada vez mais, partes integrantes do viver cotidiano. Há uma transposição do mundo lá fora para a realidade filtrada pelos canais de informação midiática, tornado-o mais próximo dos contextos locais. Como consequência, a internalização por meio do processamento mental de articulação dos atos e fatos internacionais, contudo, é ato discricionário do sujeito no contexto do tempo-espço com suas especificidades. Internalizar a ideia sobre atos e fatos internacionais é o primeiro passo e ocorre com a abertura dos canais sensitivos por parte do sujeito.

Podemos simplificar o argumento diferenciando o vocábulo “ideia” como objeto estático do processo associado de “internalização”. O termo ideia é aqui representado segundo a concepção de Jolivet como “simples representação intelectual do um objeto, diferindo, essencialmente, da imagem que é a representação determinada de um objeto sensível.”¹⁸ O que é reconhecido por internalização é, efetivamente, denominado de compreensão no sentido amplo. Ainda segundo o filósofo Jolivet, a compreensão é “o conteúdo de uma ideia [...] o conjunto de elementos de que uma ideia se compõe.”¹⁹ Tendo como quadro anterior as breves notas acima, na fenomenologia, portanto, os “conteúdos de consciência”, referidos por Mora, são a representação da pureza do dado em si, no entanto, este mesmo dado purificado como unidade de análise na ciência das RI é, por excelência, estruturado em sistema aberto e plural.²⁰

¹⁸ JOLIVET, Regis. *Curso de filosofia*. 7. ed. Rio de Janeiro, Agir Editora, 1965, p. 33.

¹⁹ JOLIVET, Regis. *Curso de filosofia*. Op. cit. p. 33-34.

²⁰ MORA, J. F. *Dicionário de filosofia*. Lisboa, Dom Quixote, 1977, p. 155.

3 Elementos constitutivos da *pré-ordem*

Passemos, então, a descrever os elementos constitutivos da *pré-ordem*. Defende-se que, na *pré-ordem*, há três elementos constitutivos indissociáveis que são requisitos formais para sua plena efetivação à guisa de introdução à fenomenologia das Relações Internacionais. São eles: simetria, direcionalidade e pertinência.

Cada um dos elementos constitutivos e indissociáveis representa etapa na forma de apresentação inicial (simetria), de início da internalização da ideia em si pelo sujeito (direcionalidade) e, por fim, do processamento na forma de reposta, diálogo, interação dinâmica entre o sujeito e o objeto (pertinência). Como subsídio teórico de reforço ao exposto, compete citar Jaspers quando assinala: “A dicotomia sujeito-objeto constitui a estrutura fundamental de nossa consciência. Só ela permite que o conteúdo infinito do abrangente adquira clareza.”²¹

Na primeira etapa, temos a simetria. Antes de tudo, na simetria está se levando em conta a mera posição entre o sujeito e o objeto, sem aferir qualquer juízo de valor. Não há, nesse ponto, qualquer referência à valoração, subjetividades ou intersubjetividades. O que está se enfatizando é a mera existência de ambos sem correspondências em um mesmo plano, em um mesmo circuito, em um mesmo conjunto ordenado. A simetria significa que o sujeito cognoscente (S) e o objeto (O) se apresentam dotados de duas características fundamentais: a dualidade de forma linear e a isonomia destas partes integrantes (S/O)²² Ou seja, é necessário que ambos

²¹ JASPERS, Karl. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 37.

²² Por “eixo de correspondência” aqui referido se enfatiza a perspectiva de
 Ágora Filosófica, Recife, v. 19, n. 3, p. 205-235, set./dez., 2019 • 219

estejam posicionados de maneira igualitária e isonômica para que os processos decorrentes (internalização dos fenômenos manifestos pelo objeto ao sujeito) possam acontecer na fase vindoura.

O saber internacional (objeto) existe de forma independente como fato de ciência autônoma antes mesmo da existência do sujeito. Sua existência é *fato bastante*. O *fato bastante* da ciência das RI indica, portanto, que o objeto é ferramenta gnosiológica *a priori* à abertura de canais sensitivos (empíricos) por parte do sujeito cognoscente *a posteriori*.

SABER INTERNACIONAL (objeto) *a priori* → Fato bastante

Tomando como base um argumento dualista, o saber internacional está operante independentemente de o sujeito cognoscente reconhecer tal fato. Há faculdade subjetiva posta ao sujeito que pode ou não, simplesmente, negligenciar ou mesmo ignorar a existência e a importância da política entre as nações. Não é recomendado que isso aconteça, pois a história do século XX demonstra os efeitos nefastos da negligência, da omissão e do desinteresse individual e coletivo sobre temas internacionais. Vários sujeitos podem até, por razões diversas (desengajamento, baixa mobilização ou carência de cidadania ativa em relação aos temas internacionais, não exposição direta aos fatos e atos internacionais ou ainda etnocentrismo), não se interessar e assim haver uma rejeição da simetria inicial entre este sujeito e o objeto. O fenômeno manifestado, dessa forma, não existirá ou

relações cooperativas entre a apresentação e o processamento pessoal e subjetivo do fenômeno pelo sujeito. É uma forma de estabelecer a simetria entre o sujeito-predicado (sujeito-objeto).

existirá de forma muito precária ou disforme. No momento em que o sujeito cognoscente reconhece, por meio de sua vontade ou metavontade, que há um ramo das ciências humanas e sociais chamado de política internacional, então inicia o posicionamento da existência simétrica entre sujeito-objeto, sem, contudo, haver nenhuma vinculação ou correspondência com os processos mentais decorrentes sobre validade, essência, substância e matéria normativa do saber internacional.²³ Em outras palavras, temos, de forma mais simples e objetiva:

SIMETRIA = dualidade (S/O) + isonomia (O/S)

Como segundo elemento constitutivo e indissociável da *pré-ordem*, há a direcionalidade. Tomando como base as ciências matemáticas com suas proposituras lógicas, na direcionalidade, há o início do processo de internalização dos fenômenos do campo das RI ao sujeito. Uma exportação se inicia por meio do vetor direcional do objeto ao sujeito na forma do processo de imputação internalizadora dos fenômenos. A internalização pressupõe a existência fática anterior da simetria S/O. Compete trazer a visão de Jolivet com o intuito de reforçar o segundo ponto da *pré-ordem*. O filósofo francês descreve os elementos da vida sensível que muito é de

²³ Há uma passagem de impacto em Pascal acerca do termo “vontade” com o conseqüente processo de julgamento racional humano. Nosso objetivo foi relacionar a vontade (ou a metavontade) do sujeito cognoscente semelhantemente, ao que está descrito pelo filósofo francês: “Há uma diferença universal e essencial entre os atos da vontade e de todos os outros. A vontade é um dos órgãos principais da crença; não que ela a forme, mas as coisas são verdadeiras ou falsas segundo a face pela qual contemplamos.” PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. São Paulo, Martin Claret, 2004, p. 83.

influência para esse item. De acordo com Jolivet, “por vida sensível designa-se o conjunto dos fenômenos cognitivos e dinâmicos determinados pelo sujeito psicológico por excitações vindas dos objetos materiais externos ou que têm por fim os objetos sensíveis externos.”²⁴ Embora Jolivet trate da temática da vida sensível dividida em conhecimento sensível e dinamismo sensível por meio de uma análise muito própria sobre sujeito e objeto em relação aos objetos materiais, nossa visão defende que a ciência das Relações Internacionais é, simultaneamente, objeto material e imaterial apresentada ao sujeito.

Quando tratamos, por exemplo, dos escombros e das ruínas contabilizadas pelas guerras ou ainda dos milhões de refugiados na África Subsaariana, estamos lidando com a materialidade das RI na condição de objeto. Quando tratamos, por exemplo, de valores ou ideais partilhados globalmente como a paz, a cooperação, a segurança coletiva ou ainda a isonomia defendida pela ONU em várias passagens de sua Carta de 1945, referimo-nos aos aspectos imateriais das Relações Internacionais. A materialidade ou imaterialidade do saber internacional vai depender, portanto, de sua concretude ou abstração temática apresentada e processada mentalmente pelo sujeito.

A correspondência unívoca na relação mediada entre o sujeito (S) e o objeto (O) se dá quando há a abertura dos processos sensitivos (empíricos) por parte do sujeito. Nesse ponto, o sujeito não é indiferente ao *fato bastante* da ciência autônoma das RI. Diferentemente da simetria que estipula meros posicionamentos de isonomia de S e de O, na direcionalidade há propriedades de

²⁴ JOLIVET, Regis. *Curso de filosofia*. Op. cit. p. 137-141.

correspondência, ou melhor, eixos de correspondência e comunicação. Ou seja, na direcionalidade, o objeto passa a existir, material ou imaterialmente, para o sujeito de maneira mais significativa. Pode-se, igualmente, assinalar que existe um vetor direcional somente de O para S. Por direcionalidade, deve-se entender que a propriedade lógica é atendida e o processo de internalização com significados de coerência e validade é iniciado. Há, dessa forma, a simetria adicionada à facticidade material ou imaterial juntamente com a correspondência e a comunicação unívoca O/S. Em suma, temos:

DIRECIONALIDADE = SIMETRIA + facticidade material ou imaterial/correspondência/comunicação unívoca O/S

Por fim, na pertinência, como terceiro elemento constitutivo, deve-se asseverar que, de forma mais ampliada, existem segmentos de dialógica entre o sujeito (S) e o objeto (O) que devem ser acrescidos de valoração subjetiva e intersubjetiva. Outro possível termo para este último e necessário estágio é a “reflexividade” com sua função ou efeito espelho S/O e O/S. Ou seja, os processos mentais incorporados de análise e de conhecimento por parte do sujeito se iniciam, de forma irrefutável, e trazem as teorias, paradigmas, correntes e debates sobre as RI. Nesse ponto, o sujeito cognoscente não está, meramente, em um posicionamento de isonomia com o objeto (primeiro elemento – simetria) reconhecendo as RI como *fato bastante*, tampouco o sujeito abre seus canais sensitivos para os vários fenômenos de direcionalidade vetorial O-S (segundo estágio). Na pertinência, o sujeito é agente e paciente; é causa e consequência; é conteúdo e continente por meio de uma relação reflexiva. O sujeito

participa de forma proativa dos diversos fenômenos internacionais. É uma via de mão dupla para que haja a plena pertinência entre S-O e O-S. Enquanto na direcionalidade há o início do processo de internalização do objeto mediado por seus fenômenos, na pertinência há a comunicação biunívoca e participação interativa entre O e S e entre S e O. O quadro 1 abaixo facilita a visualização das formulações dos três elementos constitutivos da *pré-ordem*:

QUADRO 1
A *pré-ordem* e seus elementos constitutivos (simetria, direcionalidade e pertinência)

Elemento constitutivo	Esquema gráfico	Ênfase tópica	Propriedades	Materialidade e ação causal
Simetria	S _ O	Ciência autônoma das RI como existência anterior (<i>a priori</i>) ao sujeito, ou seja, configurando-se como <i>fato bastante</i> .	Mero posicionamento de igualdade e de isonomia entre S/O e O/S.	Reconhecimento por parte do sujeito da simples existência das RI sem juízos de valor.
Direcionalidade	S ← O	Início do processo de internalização por meio de processos cognitivos dos fenômenos das RI por parte do sujeito. O sujeito não é indiferente ao objeto.	Existência de propriedades de correspondência ou de eixos de correspondência e comunicação unívoca O/S.	Abertura dos canais sensitivos pelo sujeito aos vários fenômenos das RI. Exportação direcionada vetorialmente do objeto inicia, no sujeito, o processo de imputação.
Pertinência	S ↔ O	O processo de internalização é concluído. A interação se materializa entre S/O e S/O, reforçando o aprofundamento teórico-prático da experiência do sujeito com relação à esfera internacional.	A interação neste ponto assume caráter de finalidade. A reflexividade respalda os objetivos da <i>pré-ordem</i> .	Interação dual entre O/S e S/O. Fabricação e processamento de juízos de valor. O sujeito se torna agente e paciente do processo por meio da proatividade. Ocorrem alterações nos discursos pertinentes.

4 Principais ferramentas conceituais do saber internacional

O que é a ciência das Relações Internacionais? Qual seu campo de abrangência e como estudá-lo? De que maneira as principais teorias do saber internacional se apresentam ao sujeito como síntese dogmática? Como razão técnica ou como prescrição positivo-normativa? Embora tais perguntas estejam entrelaçadas e não possam ser respondidas de forma isolada e estanque, seu tratamento aqui será de forma um pouco ampliada pela lógica da ordenação e estruturação do artigo. A primeira pergunta leva-nos, imediatamente, ao próximo parágrafo, que discute o conjunto de conceitos sobre o que são as Relações Internacionais, enquanto que os demais questionamentos conduzem às discussões dos capítulos subsequentes deste texto. Convém iniciar tratando logo da primeira pergunta.

A área internacional (saber internacional) possui vastas ferramentas conceituais a partir dos seus objetos epistemológicos plurais (objetos do conhecimento). Na relação sujeito-objeto introduzida, anteriormente, o campo das RI traz um conjunto aberto de sistemas analíticos – todos plurais e diversos – profundamente perfurados por objetos culturais específicos. Os sistemas abertos e plurais constituem *a priori* barreira para melhor uniformização da disciplina internacional, porém, revela, em contrapartida, sua ampla disponibilidade, quase que à guisa de convite, para tecer contribuições integradas de diversos ramos na busca de soluções comuns dos problemas internacionais. Dada a pluralidade e complexidade do saber internacional sistematizado, não deve haver postura hermética, nem sob o ponto de vista da formulação, nem sob a perspectiva da análise teórica

deste ramo do conhecimento.

O estudo das Relações Internacionais não se propõe (ou não deveria propor) a representar saber, automaticamente considerado como universal ou universalizante. Todo universalismo está atrelado a projeto hegemônico com manuseio de poderes explícitos e implícitos específicos que podem ser arquitetados de maneira sorrateira e singela, entretanto, estão, certamente, imbuídos de conteúdos de dominação.

A lógica do universalismo na tradição teórica das Relações Internacionais, ao se apropriar dos processos pedagógicos correspondentes autolegitimadores, pode até mesmo se tornar controversa quando são desrespeitados preceitos, traços e elementos culturais e/ou locais que venham a contradizer a fórmula dos particularismos. O respeito está, sobretudo, no diálogo aberto sobre as Relações Internacionais. Ora, quando o jargão impositivo do universal tende a sobrepôr de maneira tal a quebrar com os padrões de respeito e diálogo dos substratos locais, socioculturais, religiosos e linguísticos, então há quebra do principal aparato da diversidade interdiológica. A adoção acrítica de fórmulas, paradigmas ou correntes das RI ditas universais pode gerar redução da legitimidade e da democracia, de base local e de especificidades culturais – substratos importantes às nações atualmente.

Então, o que são (onticidade) e o que deveriam ser (deonticidade) as Relações Internacionais? A primeira pergunta traz em si elementos que revelam relações de poder e de dominação, utilizando seu próprio campo científico-acadêmico como meio. A segunda pergunta, partindo de pressuposto mais idílico-romântico (quase onírico), acarreta, no campo das mudanças racionais e das

utopias, lentas transformações para reduzir o peso dos determinismos sobre o uso instrumental e hegemônico das teorias das RI. Ou seja, as duas perguntas apresentadas neste parágrafo são intrigantes e serão trabalhadas de maneira pontual a partir das informações que seguem.

Muitas das ferramentas apresentadas por teóricos de diversas correntes revelam limitações sobre a compreensão e o manuseio da própria política internacional especialmente em suas fronteiras de atuação, seus compartimentos científicos e sua relação com outras ciências. Por exemplo, a escola realista clássica centraliza-se, preponderantemente, no conceito de anarquia internacional, na maximização do poder, no militarismo e no sistema de autoajuda dos Estados diante dos dilemas de segurança. As premissas apresentam-se como plausíveis, no entanto, o retrato feito pela escola realista clássica maquiavélico-hobbesiana não é suficiente para explanar sobre as brechas na escola de pensamento, que provam que há oportunidades de cooperação em meio à entropia e à anarquia, forçando os Estados a unirem esforços em um ambiente internacional hostil. As premissas do realismo clássico (primeira geração) nem sempre explanam, com exatidão, iniciativas de aproximação cooperativa e de entendimento no campo moral-prático dos dirigentes internacionais. O modelo teórico pode apresentar, dessa forma, recorte estanque da realidade na forma de compartimento e aí estão muitas das limitações referidas acima. O grau de aderência à realidade das brechas encontradas em modelos teóricos diversos em RI se torna então baixo, mostrando as limitações práticas e operacionais dos conceitos e dos

paradigmas.²⁵ A constatação feita mostra os problemas metodológicos centrais do saber internacional que serão abordados adiante.²⁶ No momento, importa salientar, de forma introdutória e pontual, algumas das principais ferramentas conceituais e nosso posicionamento referente à disciplina das RI.

O pensador da área internacional é, em grande medida, produto (agente e paciente simultaneamente) de suas preferências, sua formação pessoal, cultural e acadêmica e, além disso, de suas experiências acumuladas ao longo do tempo, formando ou reproduzindo uma determinada cosmovisão. Nesse sentido, há o discreto uso dos instrumentos de dominação, na concepção foucaultiana, com o rótulo ou a chancela de cientificidade para legitimar ações que nem sempre são ingênuas, neutras ou imparciais.

A pretensa neutralidade científica com sua objetividade e impessoalidade quando estruturada em epistemologias sociais, humanas e políticas torna-se quase impossível de ser atingida, daí a crítica pontual da Escola de Frankfurt com Adorno, Horkheimer *inter alia* com sua ácida denúncia da racionalidade instrumental em uma sociedade de massa formatada pela indústria cultural.²⁷ A própria tentativa de doutrinar uma pretensa

²⁵ CASTRO, Thales. Repensando a unimultipolaridade: uma análise modelística das relações internacionais contemporâneas. In GUEDES, Marcos, org. *Brasil e EUA no novo milênio*. Recife, NEA/UFPE, 2004. pp. 193-207.

²⁶ A pluridimensionalidade das ferramentas conceituais das RI é marca patente da problemática central do método do saber internacional independente. O corte de autonomia científica para as RI é pleno mesmo estando estruturado em multi, em trans e em interdisciplinaridade. Advoga-se aqui que o debate carece de atualização pelo fato de poder se avançar na discussão sobre a inter e a transdisciplinaridade *versus* o autonomismo da monodisciplinaridade (*sic*).

²⁷ ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 228 • *Ágora Filosófica*, Recife, v. 19, n. 3, p. 205-235, set./dez., 2019

objetividade e neutralidade científicas já parte de um pressuposto de racionalidade instrumental entrincheirado em uma lógica de poder por meio de determinado processo histórico. É natural supor também que não poderemos esgotar a questão aqui suscitada, porém vamos retomar o tema quando analisarmos a metodologia e a epistemologia (teoria do conhecimento) da ciência das Relações Internacionais. Tendo como base essas breves notas, buscou-se aqui elencar alguns teóricos que apresentam conceituações diversas sobre o saber internacional que, para fins didáticos, operacionalizam exposições de relevo para o presente item.

Serão utilizadas, em seguida, definições estruturais sobre a ciência das RI e seus fenômenos apresentados ao sujeito cognoscente. A ciência das RI, como objeto, não é, de forma alguma, compartimentalizada de forma simplista, pois já estaria gerando, no seu cerne, a manutenção dos projetos universalizantes de hegemonia e dominação utilizando o saber como instrumento. Na mesma linha de argumentação, cumpre salientar que, segundo Carraher, as definições conceituais “referem-se ao significado de termos enquanto representações dos conceitos e o processo pelo qual estas definições são estabelecidas chamam-se conceituação ou teorização.”²⁸

Como saber autônomo, sob o ponto de vista metodológico, a “disciplina de relações internacionais (RI) procura entender como os povos estão providos ou não de valores básicos: segurança, liberdade, ordem, justiça e bem-estar” na visão de Jackson & Sorensen.²⁹ De acordo

2002. pp. 37-49; pp. 51-52.

²⁸ CARRAHER, David. *Senso crítico: do dia-a-dia às ciências humanas*. São Paulo, Editora Pioneira, 1983. p. 106.

²⁹ JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais:*

com Pontes Nogueira e Messari, “as teorias das Relações Internacionais têm a finalidade de formular métodos e conceitos e que permitam compreender a natureza e o funcionamento do sistema internacional, bem como explicar os fenômenos mais importantes da política mundial.”³⁰ Voltando à temática exposta no início do capítulo sobre pontos de partida para o estudo das RI, Bull salienta:³¹

O ponto de partida das relações internacionais é a existência de estados, comunidades políticas independentes, cada uma das quais possui um governo e afirma sua soberania com relação a uma parte da superfície terrestre e a um segmento da população humana.

Goldstein externa, com propriedade, sobre a instigante área das Relações Internacionais, cortada vertical e horizontalmente por vários saberes interrelacionados:

Our world is large, diverse, and complex. International relations is a fascinating topic because it concerns peoples and cultures around the world.” [...] “as part of political science, IR is about international politics. To some extent, however, the field is interdisciplinary, relating international politics to economics, history, sociology, and other disciplines.”³²

teorias e abordagens. Rio de Janeiro, Zahar, 2007, p. 15.

³⁰ PONTES NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005, p. 2.

³¹ Bull pertence à escola inglesa de sociedade internacional que será tratada no Capítulo III – Epistemologia das Relações Internacionais. BULL, Hedley. *A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política mundial*. São Paulo, IPRI/UnB, 2002, p. 13.

³² GOLDSTEIN, J. *International Relations*. Nova Iorque: H. Collins, 1994, p. 3.

O teórico norte-americano Goldstein reforça a raiz epistêmica política das RI e revela sua interdisciplinaridade com outras ciências pelas suas palavras acima. No entanto, Goldstein admite seu corte de autonomia como ciência que possui ampla base inter e transdisciplinar. O processo de determinação da autonomia das Relações Internacionais acaba por trazer debates frutíferos na academia contemporânea, mas que em nada se parecem, por exemplo, com as correntes negadoras do Direito Internacional.³³

5 Conclusões e Perspectivas

As conclusões deste artigo são abertas. Há muitos caminhos para percorrer. Em síntese, apresentamos, aqui, uma possibilidade de início de análise compreensiva sobre as Relações Internacionais – ou saber internacional – a partir da fenomenologia com o uso da ferramenta da pré-ordem, amplamente discutida aqui.

As várias gerações de debates (primeira, segunda e terceira grandes gerações) sobre a ciência das Relações Internacionais muitas vezes olvidam a própria essência fundamental deste objeto fenomenológico. Na verdade, sequer utilizam o método fenomenológico como aporte de suas construções. Os debates contemporâneos se espriam na dificuldade em ter um corte ou onde ter esse corte sobre a autonomia científico-metodológica das RI, mas nunca negando sua natureza de autonomia e de

³³ O Direito Internacional (DI) *sic* quer seja Público ou Privado é parte integrante da Ciência do Direito. As Relações Internacionais, por seu turno, são uma ciência própria e autônoma. Enquanto que o DI deriva dos métodos e da dogmática jurídica, as Relações Internacionais possuem no tronco da cientificidade política seu eixo fundacional, porém, com seu próprio recorte autônomo.

abertura, simultaneamente, com outras ciências, gerando sua ênfase na transdisciplinaridade.

As Relações Internacionais, tanto como ciência autônoma, quanto como práxis atrelada aos atos e fatos gerados pelos sujeitos, se materializam na forma de contatos, de articulações e de interação constante e recorrente entre os diversos atores (estatais, não-estatais e individuais), em negociações (fechadas ou abertas) e em diversas formas de interlocução (pacíficas ou belicosas). As Relações Internacionais reúnem diversas forças dinâmicas que sintetizam e distribuem capitais de força-poder-interesse em tempo real e em diversas escalas (níveis de análises) ou, de forma mais tecnicamente apropriada, diversas sistemias.

Mesmo que não queiramos ou não saibamos, as Relações Internacionais estão em nós – daí a importância deste artigo. E nós também estamos nesta ampla rede do saber e da práxis internacionais. O conjunto de saberes internacionais reunidos e estilizados interdisciplinarmente está, de forma simultânea, no microcosmo humano e no macroambiente das relações externas. No processo de estar presente e influenciar o microcosmo individual (pensamentos, reciprocidades, ideias externas), as Relações Internacionais devem passar por um amplo processo de ressignificação, pois os cânones tradicionais visualizam, de forma predominante, seu campo e abrangência de maneira exógena com uma lente macroscópica.³⁴

³⁴ Parte dessa afirmação depende muito do alcance do processo de *ressignificação* das Relações Internacionais como ciência e como práxis para o sujeito cognoscente. Isto é, a *ressignificação* é um processo denso, laborioso e necessário para que enxerguemos o saber internacional de forma mais ampla como fonte produtora de verdades (ou estilhaços de verdades) no campo
232 • Ágora Filosófica, Recife, v. 19, n. 3, p. 205-235, set./dez., 2019

Estejamos, pois, abertos a sempre enxergar estes – e outros mundos – a partir da fenomenologia. Que estas reflexões aqui possam trazer alguns reforços neste intuito e que, de forma analítica, possamos decifrar os muitos enigmas existentes da natureza propositalmente complexa da política internacional.

Referências

- ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANDERSON, Perry. *O fim da história de Hegel à Fukuyama*. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia poética*. 56ª. ed. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- AQUINO, Antônio. *Conflito e paz*. São Paulo, Loyola, 1992.
- CARRAHER, David. *Senso crítico: do dia-a-dia às ciências humanas*. São Paulo, Editora Pioneira, 1983.
- CASTRO, Thales. Repensando a unimultipolaridade: uma análise modelística das relações internacionais contemporâneas. In GUEDES, Marcos, org. *Brasil e EUA no novo milênio*. Recife, NEA/UFPE, 2004.
- CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília, Itamaraty/FUNAG, 2016.
- CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

externo e interno. O saber e a práxis internacionais não estão somente no campo exógeno; não somente estão nas decisões estratégicas de chefes de Estado e governo ou de diplomatas. Na verdade, estão nas ações cotidianas, no pensamento e na ação direta e microscópica de atores individuais e grupos sociais. Pode-se, assim, abrir uma rica janela entre a psicanálise e as Relações Internacionais não somente como meio de diálogo interdisciplinar, mas como instrumento de complementaridades de seus recortes científicos com vistas ao progresso humano.

FRIEDMAN, Thomas. *The world is flat: a brief history of the twenty-first century*. Nova Iorque, Farrar, Straus and Giroux, 2005.

FRIEDRICH, Jörg. *European Approaches to International Relations Theory: a house with many mansions*. Nova Iorque, Routledge, 2004.

FUKUYAMA, Francis. *El fin de la historia y el último hombre*. 5 ed. Buenos Aires, Planeta, 1998.

GOLDSTEIN, Joshua. *International Relations*. Nova Iorque, Harper Collins, 1994.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert. *Ideas & foreign policy. Beliefs, institutions and political change*. Ithaca, Cornell University Press, 1993.

GRIFFITHS, Martin. *50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais*. São Paulo, Editora Contexto, 2004.

GRIFFITHS, Martin, org. *International Relations Theory for the Twenty-First Century: An Introduction*. Nova Iorque, Routledge, 2007.

HOOKWAY, Christopher; PETTIT, Philip, org. *Action & interpretation: studies in the philosophy of the social sciences*. Cambridge, Cambridge University Press, 1978.

HUSSERL, Edmund. *Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia*. São Paulo, Editora Madras, 2001.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.

JAHN, Beate, org. *Classical Theory in International Relations*. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

JOLIVET, Regis. *Curso de filosofia*. 7ª. ed. Rio de Janeiro, Agir Editora, 1965.

LEITE, Flamarion. *10 Lições sobre Kant*. Petrópolis, Vozes, 2007.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. Lisboa, Dom

Quixote, 1977.

POPPER, Karl. *Objective knowledge: an evolutionary approach*. Oxford, Oxford University Press, 1972.

PONTES NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis, Vozes, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.

ZITOSKY, Jaime. *O método fenomenológico de Husserl*. Porto Alegre, Editora da PUC-RS, 1994.

Thales Cavalcanti Castro

Coordenador do Curso de Ciência Política da UNICAP. Foi Assessor de Relações Internacionais da Reitoria da UNICAP entre 2009 e 2018. É bacharel e mestre em Relações Internacionais pela Indiana University of Pennsylvania. É doutor em Ciência Política pela UFPE – primeira tese defendida no Programa, em agosto de 2005. É cônsul da República de Malta desde 2010 e foi presidente da Sociedade Consular de Pernambuco, entre 2010 e 2019. Possui coluna diária na Rádio CBN, intitulada “Relações Internacionais e Diplomacia”.

Email: thales.castro@unicap.br.

Submetido: 01/11/2019

Aprovado: 15/12/2019